

Nacionalismo e bonapartismo do governo de Hugo Chávez: paradoxos da “revolução bolivariana” na Venezuela

MARIANA DE OLIVEIRA LOPES¹

Introdução

Nesta pesquisa, propomo-nos a investigar a complexa relação da burocracia militar venezuelana sob o governo de Hugo Chávez com o imperialismo norte-americano. Pretendemos pesquisar em que medida se manifesta na Venezuela uma burocracia militar de tintura nacionalista e bonapartista, bem como o grau de contradição com os interesses políticos e econômicos do capital estadunidense (financeiro, industrial, comercial). Nestas análises, procuraremos compreender, teórica e politicamente, em que medida se pode caracterizar aquele governo como bonapartista, levando-se em conta a realidade social concreta daquele país. Para isso, traçaremos as principais características da sua burocracia militar e seu viés nacionalista, ideologia que tem marcado os discursos oficiais do presidente, ex-tenente-coronel Hugo Chávez. Procurar-se-á compreender, portanto, em que medida o nacionalismo da “revolução bolivariana”, ao se legitimar pelo sufrágio universal, ao organizar e mobilizar os setores populares e ao provocar reações de frações da burguesia interna e externa, ameaça os interesses do grande capital financeiro e industrial dos Estados Unidos. Por outro lado, é importante compreender em que medida um governo de tipo bonapartista é fundamental para levar adiante um projeto político nacionalista e antiimperialista.

Para isso iremos reconstituir brevemente a história da Venezuela, com destaque para a organização política do grupo de oficiais que deu sustentação à liderança de Hugo Chávez. A partir de 1982 foram criados o EB-200 (Exército Bolivariano-200) e os chamados CAR (Comandos de Áreas Revolucionárias). Em 1986, acentua-se a orientação político-conspirativa da organização, passando a se chamar MBR-200 (Movimento Bolivariano Revolucionário-200), sucedido, em 1997 pelo MVR

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Unicamp. Pesquisadora do GEPAL (Grupo de Estudos de Política na América Latina), UEL. Graduada em Ciências Sociais e Especialista em Ensino de Sociologia pela UEL, Mestre em Ciências Sociais pela Unesp.

(Movimento V República), que adota um discurso popular, nacionalista, antineoliberal e crítico ao sistema político criado pelo *puntofijismo*.²

Possivelmente um dos indícios teóricos do bonapartismo do governo Chávez é o seu vínculo com o MVR, partido pelo qual se elegeu presidente em 1999, concebido para tomar decisões por uma pequena cúpula. Tal concepção partidária indica o caráter personalista do seu projeto político, no qual se destaca a “super-liderança” carismática do presidente. Além disso, as seleções de dirigentes ou de posições políticas são tomadas de forma pessoal. Apesar de organizar e mobilizar as massas, elas não são integradas nos órgãos de decisão do partido. “A estrutura interna do MVR bebe suas fontes, então, na organização do MBR-200, onde seus militares de base se agrupavam nos círculos bolivarianos (...) para homogeneizar ideologicamente e equilibrar os componentes civis e militares (MARTINEZ, 2002, p.138).

Por sua vez, os discursos antiimperialistas e nacionalistas do governo Chávez podem ter sua origem durante o seu período de formação intelectual na Academia Militar. Ele e seus companheiros estudaram obras de ciência política, sociologia e economia. Também tiveram acesso às obras de Simon Bolívar e Ezequiel Zamora. Além disso, mantiveram contatos com os governos do general Velasco (Peru) e Torrijos (Panamá), ambos de viés nacionalista. A partir das disputas políticas no interior das Forças Armadas venezuelanas, pode-se supor que, na atualidade, o grupo “nacionalista” sob o comando de Chávez é hegemônico, em detrimento da “derrota” política dos grupos pró-imperialismo. Isto é algo a ser investigado, pois é preciso compreender o grau de homogeneidade e heterogeneidade entre os diferentes grupos que disputam posição política dentro das Forças Armadas.

²A democracia do *Punto Fijo* funcionou de 1958 até os anos 1990, período em que os militares foram praticamente aliados da vida política do país. O *Punto Fijo* foi um pacto entre a AD (Acción Democrática) e o COPEI (Comité de Organización Política Electoral Independiente), que se alternavam no governo. Foi também uma tentativa de definir uma democracia liberal pró Estados Unidos e uma economia baseada no petróleo. Este pacto visava também conter as lutas sociais e eliminar qualquer foco de contestação integrando para isso a CTV (Central de Trabajadores de Venezuela) ao bloco no poder por meio de cargos burocráticos (BORGES, 2005). Por conta do alijamento dos militares da vida política direta, o *Punto Fijo* gerou mal-estar entre a oficialidade das três armas que teve como reação o golpe de Estado de 1992.

Contexto histórico do surgimento do governo Chávez

Enquanto praticamente todos os países latino-americanos avançavam em direção à implantação do projeto neoliberal em seus respectivos Estados nacionais (principalmente ao privatizarem empresas estatais estratégicas e ao suprimirem direitos sociais dos trabalhadores), a eleição de Chávez apontava para outro caminho: a defesa de melhor distribuição de renda a partir da principal riqueza produzida pelo país, o petróleo. Para garanti-la, um dos primeiros esforços do governo foi retomar o controle estatal da PDVSA (Petróleo de Venezuela S/A), como veremos mais adiante. Ao tomar posse, em 1999, o governo prometia investir em saúde, educação, habitação etc., promessas bem recebidas pelas camadas mais pobres da população.

Por outro lado, sabemos que se trata de um governo controverso: ao mesmo tempo em que obtinha apoio popular e organizava manifestações favoráveis àquelas medidas, provocou desavenças políticas com o governo George W. Bush e viveu sob ameaças veladas norte-americanas de intervenção no país. Como se não bastasse, setores ligados ao capital financeiro e industrial imperialistas provocaram instabilidade política e, mais recentemente, em 2009, o país passou a sofrer uma crise de desabastecimento de alimentos e o “mercado negro” de gêneros de primeira necessidade se alastrou. Há tratamento contraditório também em relação às manifestações operárias em favor da nacionalização de empresas: ora reprime (caso das nacionalizações das empresas Sanitários Maracay e Sidor) ora “apóia” (na verdade, trata-se de iniciativa do próprio governo, tomadas de cima para baixo, como foi o caso da Inveval), dando-nos a impressão que os movimentos mais autônomos da classe operária não são bem vistos pelo governo. Apesar de sintético e de não esgotar a complexidade política da formação social venezuelana, este quadro evidencia a importância de se estudar o governo Chávez, as suas ações “nacionalistas”, “antiimperialistas” e as possíveis práticas bonapartistas.

Bonapartismo e Nacionalismo do Governo Chávez

Em função do objeto proposto, deve-se destacar o papel político e ideológico desempenhado pela burocracia estatal – especialmente a militar, mas não só – como elemento de coesão social em formações sociais capitalistas cindidas em classes sociais antagônicas. Ao desempenhá-lo, a burocracia parece se colocar acima dos confrontos de

classes, como árbitro da luta de classes. Esta “aparência” tem um efeito ideológico real sobre as classes em luta, pois a legitima diante dos conflitos. Mas, como dizia Marx, “e não obstante o poder estatal não está suspenso no ar, Bonaparte representa uma classe, e justamente a classe mais numerosa da sociedade francesa, os pequenos camponeses” (Marx, s/d., p. 276). Dito de outra forma, mesmo que o governo Chávez se apresente como acima das classes, a natureza de classe do Estado burguês não permite o seu descolamento.

No fim dos anos 1980 e início dos 1990, a Venezuela já demonstrava os germes deste processo: crise do sistema partidário da democracia *puntofijista*; crise de legitimidade da democracia; pressões populares³; frações hegemônicas sem condições políticas de governar; proletariado sem organização suficiente para a tomada do poder. Estas e outras questões abriram espaço para que o ramo militar da burocracia assumisse o papel não só de classe detentora, mas, principalmente, de classe reinante.⁴

Este contexto foi produtor e, ao mesmo tempo, produto da crise de hegemonia no interior do bloco no poder, já que as antigas classes dominantes (latifundiários, grande capital petrolífero internacional, burguesias comercial e industrial) não estavam em condições de governar. É especialmente nestes momentos de crise política que se criam (ou se legitimam) as condições ideológicas para que a burocracia se torne uma força social, uma vez que ela se reproduz no aparelho estatal por meio do burocratismo, dando-lhe possibilidades de se apresentar como representante do Povo-Nação, principalmente com a ascensão do ex-tenente coronel Hugo Chávez à presidência da República. Vale dizer que o burocratismo, ao ressaltar os valores meritocráticos da

³ O fim do *Pacto Punto Fijo* foi marcado por um processo de crise de representatividade partidária na cena política e descrença no regime democrático praticado até então pelos dois principais partidos, a AD e o COPEI. Resultado disso foi o *Caracazo*, em 1989, uma rebelião das classes populares contra as políticas neoliberais e os acordos com o FMI que ocasionaram, entre outras coisas, a alta no preço da gasolina e no custo de vida. Neste enfrentamento que envolveu saques, queima de veículos, passeatas etc., mais de duas mil pessoas foram mortas pelas Forças Armadas (MEDINA, 2001 p. 61). Se, de um lado, houve repúdio popular aos antigos partidos dominantes, por outro, os militares rebeldes ao pacto foram apoiados pelos setores populares. Tal apoio legitimou a liderança política de Chávez, levando-o à vitória eleitoral em 1999, bem como nos pleitos subsequentes.

⁴ Classe ou fração reinante é aquela politicamente dominante, ou seja, é aquela que governa geralmente eleita pelo sufrágio universal. Já a classe detentora é a que detém o poder político, é a detentora do poder do aparelho de Estado; trata-se da classe ou fração permanente que recruta o pessoal político, burocrático, militar etc., que ocupa as “cúpulas” do Estado (Poulantzas, 1977, p.245).

burocracia e ao não excluir membros das classes dominadas das funções burocráticas, proporciona um efeito ideológico de representação de todas as classes em luta.⁵

Para se legitimar no governo, Chávez conta com o apoio de amplas camadas populares, mas não se pode reduzir tal apoio apenas aos discursos antiimperialistas e à defesa dos “interesses nacionais”. Guardadas as devidas proporções, enquanto Luís Bonaparte tinha sua base eleitoral nos pequenos proprietários rurais, que compunham a maioria da população francesa, Chávez tem amplo apoio eleitoral (e extra-eleitoral) nos setores mais pobres do país.

A burocracia estatal venezuelana, por ter se tornado uma força social, organiza e mobiliza setores de sua base de sustentação. Isto não é feito sem riscos para as classes dominantes, pois receiam que tais mobilizações podem ter efeito politizador e, com isso, perderem o controle sobre as massas. Como dissemos, desde a sua primeira eleição em 1999, Chávez mantém sua base de apoio nos setores mais pobres da sociedade venezuelana e os organiza por meio dos *Círculos bolivarianos*⁶; da *Clase media en Positivo*; e da *Fuerza Bolivariana de trabajadores* (sindicalistas). No começo de 2004, algumas destas organizações se uniram e diluíram-se às Unidades de Batalha Eleitoral (UBE), que percorreram os bairros para votarem no *Não* do referendo⁷.

Outras formas de organização das massas por meio desta burocracia (militar) foram as Missões⁸. Em 2005, foram criados os chamados Conselhos Comunais, com o objetivo de resolver os problemas dos bairros, em relação a microcrédito, elaboração de projetos etc.. Por outro lado, estes Conselhos proporcionam debates e estudos socialistas. No mesmo ano foi criado o PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela), com a proposta de agregar os partidos de esquerda: PPT (Pátria para Todos); o Podemos

⁵ A inspiração teórica da burocracia como força social está em Poulantzas (1977).

⁶ Para maiores informações sobre os Círculos, consultar: <http://www.gobiernoonlinea.ve/cartelera/CirculosBolivarianos.html>.

⁷ Chávez venceu este referendo com 58,25% dos votos. Foi o primeiro referendo revogatório do mandato do presidente na história da Venezuela.

⁸ As Missões se iniciaram em 1999 com a chegada da ajuda de médicos cubanos. Entretanto, com o fracassado golpe de Estado, em 2002, o governo acentua estas políticas sociais como medida para fortalecer sua base de apoio. *Missión Barrio Adentro*: médicos cubanos atuando em bairros pobres da Venezuela; *Missión Robinson*: erradicar o analfabetismo; *Missión Ribas* e *Sucre*: concessão de bolsas de estudo universitários; *Missión Mercal*: suprir armazéns e supermercados com alimentos de primeira necessidade a baixos preços; *Missión Piar*: criação de cooperativas e comitês de construções de casas, recuperação ambiental etc. *Missión Vuelvan Caracas*: transformação da estrutura produtiva do país, com a criação de emprego produtivo e superação da dependência petroleira; *Missión Zamora*: combater o latifúndio, conforme o artigo 307 da Constituição.

(ruptura do MAS); a UPV (União Popular Venezuelana), dirigido por Lina Ron; o PCV (Partido Comunista Venezuelano); e o PRS (Partido Revolución y Socialismo). Todos defendem em seus programas bandeiras nacionalistas e antimperialistas.

Em diversos momentos, estas organizações chavistas de bairro apoiaram o governo de Chávez e o legitimaram nas eleições, como também se opuseram ao golpe de Estado em 2002⁹. A liderança do presidente sobre as massas é tão forte que, ao ser reempossado no governo depois do frustrado golpe, solicitou que voltassem para as suas casas. Elas, por sua vez, atenderam ao pedido do líder de forma pacífica e voltaram para os seus lares.

Tendo como base este contexto histórico específico que propiciou o surgimento e a legitimidade popular do governo de Chávez, faz-se necessário analisar seu aspecto bonapartista, cuja inspiração teórica está, principalmente, em “*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*”, de Marx.

Como se sabe, o bonapartismo foi um conceito criado por Marx (1978) para designar uma forma específica de governo que, sob determinadas condições, aparece como se estivesse acima das classes em luta e das relações de produção. Esta aparente autonomia tem um efeito real sobre a luta de classes, pois resulta na manutenção do *status quo* daquela sociedade. No caso analisado por Marx, tratava-se da formação social francesa entre 1848 e 1851. Além disso, refere-se a uma forma de organização do aparelho de Estado em que há a predominância do seu braço executivo, geralmente armado, sobre os demais órgãos administrativos. Nestes momentos especiais, o Estado bonapartista, ao se colocar como se estivesse acima das classes e ao exercer a função ideológica de pacificar os conflitos, se legitima perante todas as classes (SADER, 1993).

Do ponto de vista teórico, o Estado, nestes períodos, desenvolve um movimento de atração e repressão (ALMEIDA, 1995, p.116). Ou seja, o Estado reconhece apenas uma organização do proletariado, aquela sob sua tutela e, desta forma, desorganiza qualquer movimento autônomo da classe operária. Na Venezuela, isto se dá pela

⁹ Algumas vitórias de Chávez ao longo de seu governo foram: eleição à presidência em 1998; referendo da nova Constituição, em 1999; eleição presidencial em 2000, pós- nova Constituição; referendo revogatório em 2004; eleições regionais de aliados e vitória majoritária nas eleições municipais e na Assembleia Nacional em 2005; reeleição presidencial em 2007; novo referendo sobre a ementa constitucional de reeleição ilimitada a cargos públicos em 2009.

agremiação sindical UNT (Unión Nacional de Trabajadores de Venezuela) e pelo PSUV, ambos criados pelo governo Chávez.

Uma característica fundamental do bonapartismo, portanto, é a sua face autoritária. Chávez, ao manter um governo militarizado, com oficiais em todos os postos estratégicos do aparelho estatal, reprime movimentos da classe operária que se posicionam contrários às suas políticas estatais (SIDOR, Sanitários Maracay, organizações estudantis contrárias ao governo, etc.). Deve-se levar em conta, todavia, que o Estado bonapartista assume um caráter duplo: “salva-se a classe operária no plano político, subtraindo o Estado à submissão econômica direta da burguesia; salva-se a burguesia economicamente à custa de uma integração política das outras classes na vida do Estado” (SADER, 1993, p.100).

Se levarmos em conta que em determinados momentos históricos da luta de classes o Estado parece imbuído de certa autonomia em relação às classes dominantes, observamos que algumas demandas próprias das classes dominadas são absorvidas pelo Estado capitalista como, por exemplo, no caso analisado, as indústrias expropriadas pelo governo Chávez e que se encontram sob comando operário. Mas, por outro lado, tais operários fazem parte da base de sustentação do governo e, além disso, são filiados ao PSUV. Isso sem dizer que o governo conta também com o apoio de grande parcela da UNT¹⁰. Estes setores do proletariado formam sua “classe apoio”, como os trabalhadores da Inveval, Invepal, Central Pío Tamayo, Sideroca, Tomatera, etc. (FRETECO, 2007).

O nacionalismo é uma ideologia que pode ser apropriada da extrema direita à extrema esquerda, dependendo da correlação de forças. Em geral, os movimentos de direita pressupõem a lealdade suprema do indivíduo em relação ao Estado-nação, pelo menos este é o legado das revoluções burguesas. Por outro lado, esta mesma ideologia pode ter tinturas socialistas, principalmente no que se refere à distribuição da riqueza socialmente produzida no país, como se encontra no *Proyecto Nacional Simón Bolívar, Primer Plan Socialista 2007-2013*. Anteriormente, no *Plan Nacional de Desarrollo 2001-2007*, aparece claramente a defesa do nacionalismo da “revolução bolivariana”, da soberania nacional sobre o petróleo e da segurança nacional (MOMMER, 2004). Este

¹⁰ Esta central é composta por três setores: CTR (Corrente dos Trabalhadores Revolucionários), velha burocracia da CTV e CCURA (dirigentes sindicais trotskistas) (ITURBE, 2007).

mesmo discurso está presente também em diversos burocratas da PDVSA, do Banco Central etc.

Algumas vertentes teóricas filiadas ao trotskismo caracterizam o governo Chávez como bonapartista “*sui generis*” (termo designado por Trotsky ao analisar os casos latino-americanos) (ITURBE; ARAÚJO; DEMIER; PSTU). Afirmam que o chavismo segue as experiências do nacionalismo burguês na América Latina, como os de Velasco Alvarado, no Peru, e Perón na Argentina. Esses regimes autoritários se diferenciavam das ditaduras militares de direita por terem choques com o imperialismo e ao se apoiarem no movimento de massas, podendo, desse modo, assumirem um caráter progressista. Entretanto, no fundo, serviram aos objetivos limitados da burguesia de seus países, pois mantiveram regimes sustentados em uma ampla burocracia estatal, na cooptação do movimento de massas e no apoio à alta cúpulas das FFAA.

Se a ideologia nacional mistifica o caráter de classe das relações sociais (Almeida, 1995) e se a chamada “revolução bolivariana” tem caráter socialista emancipatório, não há contradição na junção destas duas ideologias (nacionalista e socialista) sob o governo Chávez? Por isso mesmo, questionamos os limites do nacionalismo praticado por aquele governo e duvidamos se, de fato, tem caráter emancipatório, pois, ao agregar classes sociais antagônicas (frações burguesas “nacionalistas” e proletariado socialista), pode ser que o governo não ultrapasse o seu viés nacionalista, uma de suas principais marcas.

Na contramão de seus antecessores (governos Perez e Caldera), além de ter nacionalizado aquelas empresas que se encontram sob controle operário, Chávez reestatizou a CANTV (empresa telefônica)¹¹ e a EDC (Eletricidade Caracas). Tais atos ganharam os corações e mentes do povo venezuelano. Como dissemos anteriormente, a principal empresa geradora das riquezas nacionais, a PDVSA, hoje está sob controle do Estado depois de fortes tensões entre o governo e os seus dirigentes. Com o apoio das frações dominantes opositoras e pró-imperialistas, a antiga burocracia da PDVSA provocou um verdadeiro *blackout*, cujo objetivo principal era criar crise de abastecimento no país e derrubar o governo por meio do golpe de Estado, em 2002. Com o fracasso do golpe, o governo nomeia os membros do alto escalão da estatal

¹¹ A CANTV foi adquirida pelo governo Chávez por meio da compra das ações da Verizon, empresa norte-americana, acionista da CANTV.

petroleira, controlada até então diretamente por burocratas norte-americanos¹². Ou seja, houve intervenção direta do governo na PDVSA e em setores-chave do aparelho estatal, o que entrou em choque com interesses norte-americanos.

A burguesia interna das principais regiões industriais do país, como Zúlia, Táchira, Carabobo etc, constantemente entra em conflito com o governo Chávez. Na prática, estes confrontos revelam crise de hegemonia no interior do bloco no poder que, não fosse a correlação de forças favorável ao governo, poderiam ter sido bem sucedidos. As lideranças e os grupos opositores são diversificados e heterogêneos, compõem posições das mais conservadoras (pró-imperialismo) até as mais progressistas: Manuel Rosalez, prefeito de Maracaibo; Enrique Salas Feo, governador de Carabobo; Pablo Pérez, governador de Zulia; a cúpula da Fedecamaras e alguns partidos conservadores, como Primer Justicia, UNT (Un Nuevo Tiempo) e Proyecto Venezuela. E, à esquerda, encontramos o MAS (Movimiento al Socialismo), grupo Bandera Roja, associações civis etc.

Apesar das insurreições de setores da burguesia local e internacional, Chávez tem saído vitorioso e legitimado pelo sufrágio, conquistando amplo apoio popular. O governo centraliza as decisões na burocracia, por meio dos ministérios da Defesa, Fazenda, Alimentação, Interior e Justiça, Planejamento, Relações Exteriores, Minas e Energia.¹³ Fora isso, o governo tem ainda o apoio de governadores de diversas regiões.¹⁴

Devido às pressões políticas das frações financeiras e bancárias, Chávez tem sido obrigado a atender seus interesses também por meio da manutenção da política de juros altos, da inflação de mais de 20% ao ano; dos investimentos em ações ou *joint ventures* da PDVSA; da abertura para a exportação de capital (empresas mistas); da criação de fundos de pensão, com o objetivo de proporcionar o “desenvolvimento nacional”. É principalmente daí que se origina grande parte das críticas das frações da burguesia industrial, o que não significou ausência de acordos, e da burguesia comercial importadora (principalmente a agrária ligada ao latifúndio e ao setor de alimentos)¹⁵.

¹² Por exemplo, quando rompe com a SAIC-Intesa, empresa transnacional norte-americana que dominava os dados estatísticos e tecnológicos da PDVSA até 2002 e passa este controle à uma instituição interna da PDVSA, a Intevep.

¹³ Muitos destes ministérios são controlados por militares.

¹⁴ O PSUV tem a maioria dos governos estaduais na Venezuela.

¹⁵ Para isso, ver dissertação de mestrado: LOPES (2009).

Mais recentemente, a partir de 2009, o governo passa a sofrer os revezes políticos do processo de “transição socialista” da chamada “revolução bolivariana”.¹⁶ Ou seja, o país passa a viver crise em vários setores da economia. Por sua vez, o governo endurece a postura política por meio de freqüentes intervenções do Exército, como, por exemplo, na fábrica de arroz da Cargill (norte-americana), na Polar e na indústria açucareira Santa Elena. Como consequência, em novembro deste mesmo ano, o governo nacionalizou a Cargill e assinou um contrato com diversos países, entre eles o Brasil, para criar duzentas novas empresas estatais no setor de alimentos, vestuário etc.

O governo Chávez propõe políticas de substituição de importações, por meio de medidas protecionistas e de uma política fiscal para conter o avanço das importações e aumento na taxa de juros. Os principais beneficiários destas políticas são setores da burocracia de Estado (por meio de controle de contratos) e capital financeiro, fração que, a despeito das crises políticas, permanece hegemônica no interior do bloco no poder. Adotou, ainda, medidas para fortalecer o aparato militar e buscou novos centros comerciais, como Índia China, Irã, para exportar petróleo e, desse modo, diminuir sua dependência em relação aos EUA.

Esse intervencionismo do governo de Chávez em vários setores da economia gerou conflitos e se reflete nas disputas por hegemonia no interior do bloco no poder, desde a antiga burguesia comercial importadora (associada ao capital externo, principalmente norte-americano), passando pela burguesia industrial interna¹⁷ até frações do capital internacional ligadas ao petróleo. Por outro lado e contraditoriamente com estas disputas, as políticas do governo Chávez têm sido legitimadas pelo sufrágio universal e apoiadas organizadamente por setores populares.

Assim sendo, para realizar esta pesquisa, muito provavelmente nos depararemos com um arsenal de contradições envolvendo interesses diversos de classes e frações de classe, tanto em sua base de apoio como fora dela. Neste sentido, questionamos em que medida a postura política nacionalista se confronta com os interesses imperialistas naquele país. E, além disso, em que medida a mobilização das classes populares

¹⁶ Nesta pesquisa, não nos propomos a atribuir nenhum juízo de valor em relação ao “socialismo” da “revolução bolivariana”, apenas ressaltamos aquilo que o próprio governo Chávez chama de “transição” ao “socialismo do séc. XXI”.

¹⁷ De acordo com nosso referencial teórico, chamamos esta fração de burguesia interna e não burguesia nacional.

proporcionada pela burocracia estatal-militar politiza o seu senso crítico na construção de um país soberano e independente política e economicamente dos Estados Unidos.

Considerações finais

O atual contexto político venezuelano e o papel desempenhado pelo governo Chávez parecem-nos sugerir a possibilidade de caracterizá-lo como de tipo bonapartista, principalmente se levarmos em conta que as políticas de Estado têm sido aplicadas pela burocracia militar, portanto, pequeno-burguesa, com a mobilização de amplos setores populares. Ao mesmo tempo, não tem descartado a repressão policial e judiciária aos setores do proletariado que têm se comportado de forma mais autônoma em relação ao próprio governo. Embora se trate de um processo em curso e sobre o qual não temos qualquer controle dos possíveis desdobramentos, o posicionamento político do governo contrário às privatizações e, mais do que isso, favorável à reestatização e à nacionalização de grandes empresas, incluídas as chamadas estratégicas (petróleo, telefonia, eletricidade etc.), parece-nos indicar que se pode caracterizá-lo como nacionalista, mas não antiimperialista, a despeito dos discursos provocativos aos governos norte-americanos. É verdade que o antiimperialismo pode mobilizar as massas, mas sem burguesia nacional constituída e sem controle operário sobre as empresas estrangeiras nacionalizadas (a não ser em casos muito específicos, como a Sanitários Maracay, Inveval, Sideroca etc., acreditamos que as bravatas antiimperialistas servem mais para acertos políticos internos do que para rupturas sistêmicas do governo (basta lembrar que todos os contratos internacionais foram e estão sendo respeitados como, por exemplo, o pagamento da dívida externa). O que pode nos levar a uma hipótese secundária: trata-se do beneficiamento das frações burguesas internas ligadas à setores de serviços e comércio (transporte, alimentos), ou seja, a pequena burguesia nacionalista assumiu o papel de representá-las no aparelho estatal e, por conseqüência, entra em contradições com o capital estrangeiro, dentre os quais o norte-americano.

Bibliografia

- ALMEIDA, L.F. *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: Educ, 1995.
- CABALLERO, M. *La gestación de Hugo Chávez: 40 años de luces y sombras em la democracia venezolana*. Madrid: Cataratas, 2000.
- CHESNAIS, F. A emergência de um regime de acumulação financeira. *Revista Praga*, São Paulo: Hucitec, n. 3, p. 19-46, 1997.
- HARNECKER, M. *Venezuela uma revolução sui generis*. Tradução de José Colaço Barreiros. Intervenção Seminário de LAC, Forum Social Mundial, 3. 2003.
- HERNANDEZ, P. *El verdadero golpe de PDVSA*. Caracas: Mérida: Imprenta Internacional C.A., 2006.
- LANDER, L.E. Venezuela: la búsqueda de un proyecto contrahegemonico. In: CECEÑA, Ana Esther. (Comp.). *Hegemonia y emancipaciones em el siglo XXI*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2004. p.224. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/lander.rtf>>.
- LOWI, M. *Nacionalismos e internacionalismos* Da época de Marx até nossos días. São Paulo: Xamã, 2000.
- MARTINEZ, B. E. La formación de uma nueva clase política em Venezuela: un cambio para seguir igual? In Jimenez, *La transicion Venezolana*. Centro de Investigaciones de Política Comparada. ULA, Mérida, Venezuela, 2002.
- MARX, K. *O 18 de Brumário e Cartas à Kugelman*, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.
- MEDINA, M. *El elegido Presidente Chávez: un nuevo sistema político*. Bogotá: Aurora, 2001.
- MILIBAND, R. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972
- PETRAS, J.; VELTMEYER, H. *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *A crise das ditaduras: Portugal Grécia, Espanha*: Trad. Lia Zatz. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *Poder Político e classes sociais*, Trad. SILVA, F.: Martins Fontes, 1977.
- SAES, D. *Estado e Democracia: Ensaíos Teóricos*. IFCH/UNICAMP, 1(1): 1-195: Campinas, 1998.
- SADER, Emir. O bonapartismo: o Estado na política de Marx. In: *Estado e política em Marx: para uma critica da filosofia política*. São Paulo: Cortez, 1993.